

Mas afinal os professores são quadros (?)

Quando chegaram às nossas escolas os folhetos anunciando a realização do Encontro Nacional de Quadros (¹), em Janeiro de 1988, pudemos observar frequentemente nos nossos colegas reacções deste tipo: «Um Encontro de Quadros! Que temos nós a ver com isto?»

Esses comentários levaram-nos a reflectir sobre a problemática dos Quadros no Ensino e paralelamente saber qual a opinião dos professores sobre esta questão.

Para quem trabalha nas escolas a palavra quadro é muito familiar. A escola sempre foi um lugar privilegiado para os quadros, que os há de muitas e diversificadas formas, desde os quadros de pessoal ao tradicional quadro preto, ao flanelógrafo, ao quadro de cortiça, ou ao mais luxuoso quadro magnético; outros houve, que entretanto, se foram perdendo, foi o caso do quadro de honra e dos quadros (retratos) dos Presidentes da República e do Conselho de Ministros de triste memória.

Mas quanto aos outros quadros, os professores têm deles um conhecimento muito difuso e manifestam muitas preocupações e dúvidas sobre se este conceito se lhes aplica enquanto profissionais da Educação. Foi o que constatámos por um inquérito que fizemos na altura a 50 docentes dos ensinos secundário e superior politécnico e cujos resultados, que nos parecem extremamente interessantes, passamos a apresentar.

1. Resultados de um inquérito

Em primeiro lugar convém referir que grande parte dos professores que preencheram os inquéritos tiveram dificuldades em o fazer, pois não é claro o conceito de quadro, notando-se a falta de uma opinião reflectida sobre o assunto. Foi diversas vezes confundido com o «quadro de efectivos», principalmente na população de professores em formação (talvez por ser a «passagem ao quadro» a preocupação dominante nesta fase da profissão).

Em segundo lugar é de assinalar que 6% dos inquéritos distribuídos foram devolvidos sem terem sido preenchidos, com indicação de que não sabiam o que é um quadro, ou ainda que não respondiam por ser um tema que «dividia a classe privilegiando alguns».

Passemos então à análise dos dados recolhidos tendo sempre presente que a amostragem não é significativa e não houve a preocupação com a sua estratificação, pelo que as conclusões que se podem tirar são limitadas no seu âmbito.

a) O critério mais apontado para a definição de um trabalhador como quadro é o da actividade desenvolvida (50%); em segundo lugar refere-se a formação superior (46%) e em terceiro lugar com 36% as funções de chefia. De notar ainda que 4% dos inquiridos refere a necessidade de certas capacidades para se ser um

quadro, «espírito aberto, inovador e afectivo».

b) Na opinião dos professores o conceito de quadro é *mais apropriado* às Empresas Públicas e Privadas (72%) e à Administração Pública (70%) do que ao Ensino (58%).

Estes resultados condizem com os obtidos numa outra pergunta em que os professores que se consideram quadros são apenas 42%, quando os que não se consideram (26%) e os que têm dúvidas (26%) somam 52%.

c) Numa outra questão, o quadro é *associado* predominantemente ao *status* (68%), mais do dobro dos que o associam ao poder (30%).

d) Os dados anteriores reflectem naturalmente as respostas dadas à questão sobre quais os encargos que no Ensino correspondem à categoria de quadro. De notar, todavia, que as respostas foram acompanhadas de um prévio «se», «se eu considerasse que no Ensino houvesse quadros então...». E assim os Presidentes dos Conselhos Directivos e das Comissões Instaladoras com 48% e os Directores de Escola com 46% detiveram as maiores percentagens, seguidos dos Presidentes dos Conselhos Científicos com 44%.

e) Por último, as respostas dadas à questão da conveniência de no ensino se desenvolver uma política de formação de quadros foram particularmente relevantes: 66% apoia e

O(s) CRITÉRIO(s) DE UM QUADRO É (são):

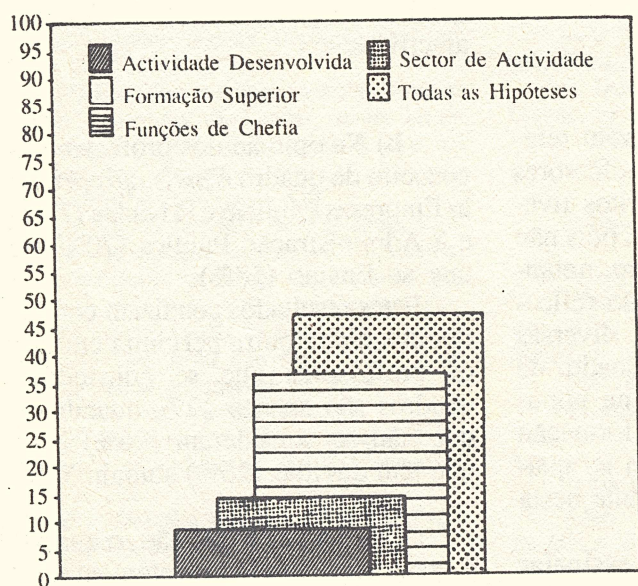


Gráfico nº 1

O CONCEITO DE QUADRO APLICA-SE:

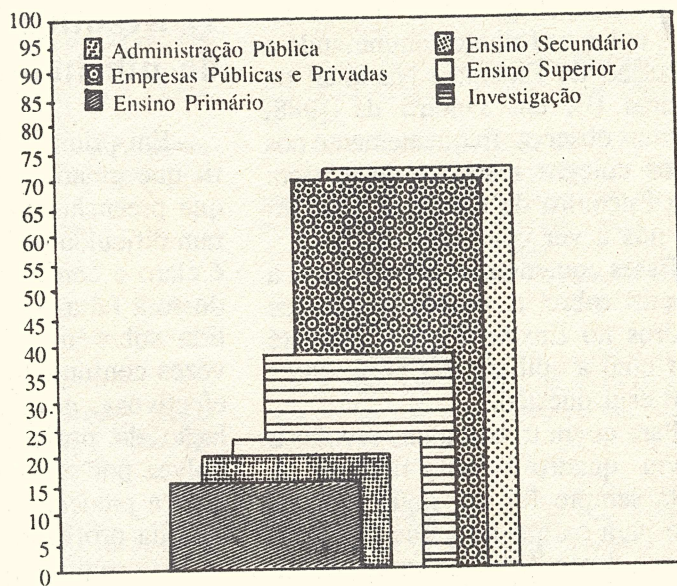


Gráfico nº 2

CONSIDERA QUE AO QUADRO APARECE ASSOCIADO:

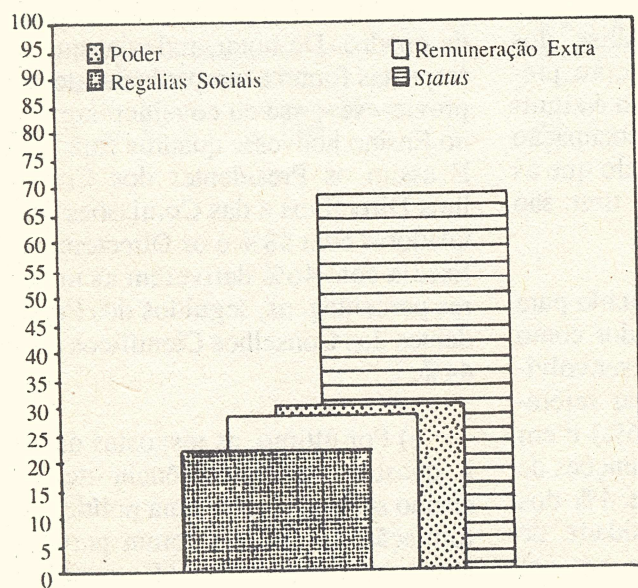


Gráfico nº 3

A QUAL DOS SEGUINTES CARGOS CORRESPONDE A CATEGORIA DE QUADRO?

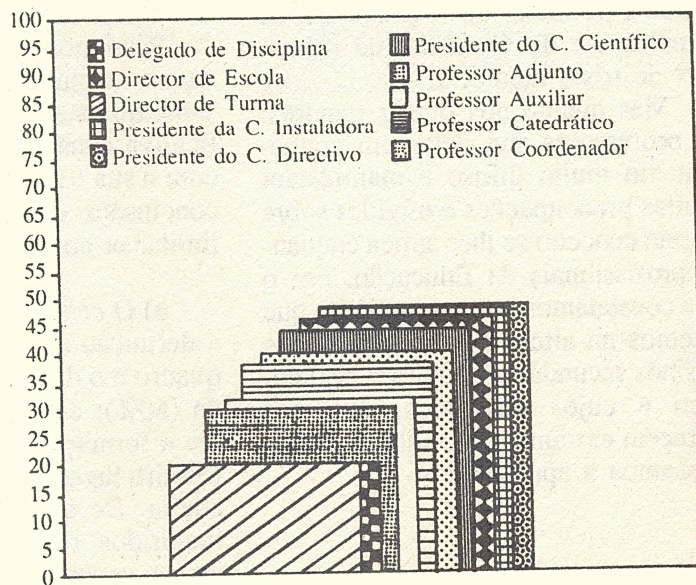


Gráfico nº 4

Todo o professor deve ser considerado como *quadro*, quer pelas funções profissionais desempenhadas, quer pela formação superior que tem.

defende a necessidade dessa formação, enquanto que os que não querem ou não têm opinião se cifra apenas em 20%.

2. O conceito de quadro

Segundo a Confederação Portuguesa de Quadros Técnicos e Científicos (entretanto criada em Maio de 1988) consideram-se quadros *as pessoas titulares de formação superior ou que pela sua actividade elou funções a ela seja equiparada*. Assim, estão aqui incluídos os grupos 0/1 (Profissões Científicas e Liberais) e 2 (Directores e Quadros Superiores Administrativos) da Classificação Nacional de Profissões. E concretamente o grupo 1.3 diz respeito ao «Pessoal Docente e Trabalhadores Similares».

De acordo com esta classificação os professores são quadros e constituem, de longe, o grupo profissional mais numeroso entre eles: em 1988, eram 143 400, isto é, 35,3% do total dos quadros nacionais ⁽²⁾.

Esta proporção tão elevada dos professores entre os quadros explica-se, em parte, pela baixa percentagem destes na população activa portuguesa, apenas 9,4% (dados de 1988) ⁽³⁾; mas é que o número de licenciados e bacharéis que concluem anualmente os seus cursos continua a ser diminuto: entre 1985-1987 formaram-se em média 9966 indivíduos ⁽⁴⁾, consequência natural de Portugal ser o país da CEE com percentagem mais baixa de estudantes no Ensino Superior (0,9% contra os 2,5% da Bélgica

ca que ocupa o primeiro lugar). Também aqui a orientação da Lei de Bases do Sistema Educativo ao preconizar «que o acesso a cada curso do ensino superior deve ter em conta a necessidade de quadros qualificados do País» (artº 12º nº 3) não está a ser devidamente seguida, quando é por todos reconhecido que o actual número de quadros em Portugal é

instituição de ensino superior ⁽⁶⁾ os professores universitários (8 866) e os não universitários (1145) na sua totalidade possuem as habilitações requeridas à sua inclusão na categoria de quadros. Quanto aos 24 095 professores do ensino preparatório e aos 42 286 do secundário (ano lectivo de 1986-1987) a situação era a seguinte ⁽⁷⁾:

Professores	com	Licenciatura	73,3%
"	"	Bacharelato	13,5%
"	"	Curso Superior incompleto	7,5%
"	"	Curso não Superior	5,7%

manifestamente reduzido para as nossas necessidades de desenvolvimento.

3. A aplicação do conceito de quadro à situação particular de ensino

3.1 A formação superior nos professores

A Educação enquanto ramo de actividade empregava, em 1988, 210 200 trabalhadores, dos quais 68,2% considerados como quadros ⁽⁵⁾. Nestes, os professores representam a esmagadora maioria. Isto, mesmo se o critério adoptado para a definição de quadro fosse unicamente a posse de um grau académico obtido numa

Por estes dados, nestes dois níveis de ensino, apenas 13,2% dos professores não poderiam ser classificados como quadros.

Já o mesmo não se passa no ensino primário e na educação pré-escolar em que a quase totalidade desses profissionais possui um diploma de nível médio (97% dos professores do ensino primário têm o curso do Magistério Primário e os 3137 educadores que ocupam os lugares da rede pública têm quase todos o curso das Escolas Normais de Educadores de Infância) ⁽⁸⁾.

Mas este panorama pode-se considerar como transitório uma vez que desde 1986-1987 os educadores de infância e os professores do 1.º ciclo do ensino básico passaram também eles a ter uma formação de nível superior, adquirida nas ESE's e CIFOP's. Deste modo, a situação tende, a médio prazo, para que no ensino

haja um pleno emprego de docentes titulares de formação superior.

3.2 As actividades e funções dos professores

O conceito de quadro é também passível de aplicação àquele que embora não disponha de formação superior, pela actividade e funções desempenhadas a ela pode ser equiparada. É o caso dos professores. Muitos deles desempenham funções de chefia, direcção ou coordenação: os membros dos Conselhos Directivos, das Comissões Instaladoras e os Directores de Escola são responsáveis pela gestão e organização dos estabelecimentos de ensino, alguns dos quais com largas centenas de utentes; a um nível mais restrito, docentes há que assumem responsabilidades da coordenação científica e pedagógica: no ensino universitário e politécnico, como os Presidentes dos Conselhos Científicos (em relação aos membros deste órgão), e nos ensinos preparatório e secundário, como os Delegados de Grupo (em relação aos colegas do mesmo grupo disciplinar), os Directores de Turma (face ao conjunto de professores responsáveis por uma turma) e os Coordenadores dos Directores de Turma (em relação aos Directores de Turma de uma escola). Isto só para referir os casos mais conhecidos, pois estes exemplos não esgotam as situações vividas nas escolas.

Ao contrário do que sucede na Administração Pública e no Sector Empresarial o desempenho destas

funções de chefia e direcção não têm contrapartidas do mesmo nível. Tanto as remunerações extras, como as regalias laborais e sociais são no ensino muito inferiores. Assinalemos alguns exemplos: o Presidente do Conselho Directivo recebe mais 18.700\$00 e os vogais 12.000\$00 (ilíquidos); e o Delegado de Grupo ou o Coordenador dos Directores de Turma tem uma redução lectiva que pode ir de 4 a 6 horas semanais; o Director de Turma uma redução semanal de 2 horas; e um Presidente do Conselho Científico nem remuneração extra, nem redução lectiva, nem outra coisa qualquer.

Mas para além destas funções de chefia que alguns professores desenvolvem nas escolas, todos os docentes dirigem, enquadram ou coordenam a actividade de outras pessoas: fundamentalmente alunos, tanto crianças, como jovens ou adultos; mas também outros colegas e outros trabalhadores do ensino, como o pessoal auxiliar de acção educativa, técnico e administrativo.

Neste sentido o professor assume uma tripla *responsabilidade social*:

— Sucesso dos seus alunos, não só escolar mas também o sucesso pessoal e social, preparando o futuro das novas gerações.

— Funcionamento regular da instituição escolar, tanto ao nível sectorial como global.

— Qualidade e eficácia do ensino, numa perspectiva de progresso e desenvolvimento do País.

4. Falta de reconhecimento dos professores como quadros, factor desvalorizador da condição socioprofissional

Entretanto é por demais evidente que o estatuto socioprofissional dos professores «se tem vindo progressivamente a degradar, sobretudo em termos de reconhecimento público e do prestígio social que é conferido à profissão», como foi recentemente comprovado pelo relatório Braga da Cruz (?).

O facto de os professores não serem reconhecidos como quadros contribui para esta desvalorização social da profissão docente.

Em nosso entender, quatro factores contribuem para que a opinião pública e o Poder central não considerem os professores como quadros:

a) *A formação académica*: cerca de um terço dos professores não possui um grau académico de nível superior.

b) *A formação profissional*: ainda hoje cerca de 46% dos professores dos ensinos preparatório e secundário não são profissionalizados, ao contrário dos professores do ensino primário e educadores de infância que têm todos eles habilitação profissional completa.

c) *O elevado número* de docentes em comparação com os quadros do sector Empresarial, das Profissões Liberais e da Administração Pública. Segundo dados de 1988, enquanto os

quadros na Educação constituíam 143 400, na Administração Pública eles eram apenas 29 800.

Este enorme peso numérico dos professores tem justificado a sua não inclusão na política de revalorização dos quadros técnicos e científicos promovida pelos últimos governos (apesar de estes não assumirem publicamente a exclusão com base neste motivo).

d) A ausência de uma *consciência de quadro* entre um número significativo de docentes, muito especialmente no ensino não superior, como é ilustrado pelos resultados do inquérito acima divulgados. Alguns só se consideram quadros quando transitam para o «quadro de efectivos» de um estabelecimento escolar. Outros só se viram confrontados com esta questão quando ao preencher o impresso para o cartão Multibanco tiveram de optar em se autoclassificar como quadro superior ou quadro médio, visto que as outras sete hipóteses previstas no item da situação profissional não se lhes aplicava.

Mas faz algum sentido falar de «quadro médio» no sector intelectual? Um quadro intelectual na Educação deve ser sempre um «quadro superior».

5. Conclusões

Podemos concluir assinalando quatro orientações fundamentais para o corpo docente da educação pré-escolar, dos ensinos básico e secundário e do ensino superior universitário e politécnico.

a) Todo o professor deve ser considerado como *quadro*, quer pelas funções profissionais desempenhadas, quer pela formação superior que tem. Os diferentes Estatutos da Carreira docente devem não só favorecer o vínculo contratual ao Estado, mas incentivar o prosseguimento de estudos dos docentes, quer através do completamento de habilitações (erradicando de vez com os professores sem qualquer habilitação ou sem habilitação suficiente, numa profissão em que só faz sentido ser de «habilitação própria»); quer pelo aprofundamento da formação académica anterior, através da obtenção do bacharelato e licenciatura nos ensinos básico e secundário; quer ainda pela aquisição do mestrado e doutoramento nos ensinos politécnico e universitário. Os anos sabáticos podem ajudar neste sentido.

Outra necessidade urgente é a profissionalização de todos os professores dos ensinos preparatório e secundário, que não se compadece quer com os ritmos lentos de acesso, quer com a perda progressiva de qualidade dessa formação, que infelizmente se continuam a verificar.

b) Todo o professor deve ter as *contrapartidas* económicas, sociais e laborais de acordo com a importância da sua função. O que se traduz numa tabela salarial condigna e valorizadora, que reflecta a importância da actividade profissional docente, e no estabelecimento de remunerações ou de outras regalias decorrentes dos cargos de direcção e coordenação exercidos por alguns professores.

c) Uma *intervenção* conjunta e articulada dos professores e de outros quadros técnicos e científicos no sentido de uma crescente intervenção deste importante sector da população no desenvolvimento e modernização da sociedade portuguesa e na defesa dos seus interesses.

d) Uma *política de formação de quadros* que ao nível de ensino, deve assumir tanto a vertente da formação científica, como da formação profissional.

Essa política de formação de quadros tem que considerar os professores como uma componente essencial do desenvolvimento da sociedade. Uma política de formação de quadros é um instrumento valioso na melhoria do ensino, do desenvolvimento das nossas crianças e jovens, futuros cidadãos empenhados na transformação da sociedade portuguesa numa perspectiva de progresso, da melhoria da qualidade de vida e de justiça social.

NOTAS

(¹) Encontro Nacional de Quadros, em Lisboa (Aula Magna da Reitoria), 9 de Janeiro de 1988.

(²) INE, Inquérito ao Emprego.

(³) Idem

(⁴) INE, Anuário Estatístico e Estatísticas da Educação.

(⁵) INE, Inquérito ao Emprego.

(⁶) ME/GEP, Análise Conjuntural, Educação 1986.

(⁷) ME, Inquérito do GEP 1986-1987.

(⁸) Todos os números aqui apresentados se reportam aos professores da rede pública do Ministério da Educação, não englobando os professores do ensino particular e cooperativo.

(⁹) Relatório da Comissão criada pelo Despacho 114/ME/88 do Ministério da Educação.